



PARTE A

LICITAÇÃO N.º 022/CPL/2018
PROCESSO N.º 561/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL
ORIGEM DOS RECURSOS: 0024 – ROYALTIES
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 2023 / 2025
PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.129.0007.1028 / 11.01.04.129.0007.1032

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISTORIA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaomppparacambi@gmail.com.

LOCAL PARA RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (Doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **022/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR GLOBAL** de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.**

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



3.3 - Não será admitida a participação de empresas que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação.

3.3.1 – Poderão participar as empresas em recuperação judicial que demonstrarem viabilidade econômica e atenderem aos demais requisitos de habilitação, desde que tenha plano de recuperação homologado pelo juízo;

3.4 – Não será admitida a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja em qual for o órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócio, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do



procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a Declaração que Cumpre Plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

4.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.2 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;



4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao numero de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto Social com ata da assembleia;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assmbleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três ultimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:



Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca; comprovação de a CONTRATADA ser Revendedora Autorizada do fabricante do produto, caso esta não seja a própria fabricante, para licenciamento em território nacional; condições de Garantia e troca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa, com indicação do responsável técnico por suporte às instalações, bem como descrição da equipe técnica responsável pela execução dos serviços;

6.4 - A Proposta de Preços **DEVERÁ** ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo **90 (noventa) dias**, a contar da data da entrega das propostas;



- e) prazo de entrega será até 15 (quinze) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.16 – As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.



8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, e após finalização do teste de conformidade o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor por lote/unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor GLOBAL da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.18 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica:

9.2.1.2 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.3 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).

9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.



- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.3.1.1 – Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:



$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.2 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.3 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.3.1.1, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.4 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de Abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.2.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.



9.2.4. Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou serviços semelhantes ao objeto deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos serviços prestados e o grau de satisfação.

9.2.4.1.1. Alvará de funcionamento;

9.2.4.1.2. Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

9.2.4.1.3. Declaração da firma licitante que a mesma é proprietária do software ofertado, para garantir as atualizações corretivas e evolutivas;

9.2.4.1.4. Apresentação das funcionalidades solicitadas no software ofertado.

9.2.4.1.5. Certidão de Cadastro de Aeronave Não Tripulada – De Uso Não Recreativo, dos equipamentos utilizados para levantamento aéreo e do piloto junto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

9.2.4.1.6. Atestado de Visita Técnica conforme Anexo 8 do Edital a ser realizada nos locais de execução dos serviços por representante da licitante acompanhado do devido documento de credenciamento ou declaração da licitante de que embora não tenha realizado visita ao local dos serviços, assume a responsabilidade de não fazer qualquer questionamento sobre as condições da prestação dos serviços para cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.2.4.1.7. A Visita Técnica tem por objetivo permitir que as licitantes tenham conhecimento de todos os detalhes da estrutura física e das características operacionais dos setores requisitantes.

9.2.4.1.8. Como a Visita Técnica objetiva o conhecimento das condições dos locais de desenvolvimento do projeto (contrato), a licitante não poderá alegar posteriormente qualquer intercorrência relacionada ao não conhecimento prévio das condições de infraestrutura e dos dados dos setores requisitantes.

9.2.4.1.9. Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico conforme modelo Anexo 9 deste Edital.

9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;



- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigam a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.



11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art.41 § 2º da Lei 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido na forma prevista no Termo de Referência (Anexo 06).

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Requisitante, através de 3 (três) servidores designados.

13.4 – O atestado de recebimento definitivo somente será emitido quando da demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para início da execução deverá ser o estipulado no Termo de Referência, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do contrato, comprovada a justa causa do pedido.

15 – DO CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, o Pregoeiro, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, devendo o mesmo comparecer para assinatura, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.



15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

16.4 – O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser CONTRATADA somente se dará após o recebimento definitivo do serviço e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas relativas à mão de obra empregada na execução do contrato, conforme subitem 21.9.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores do ÓRGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, bem como pela Superintendência de Informática, na forma do Termo de Referência (Anexo 06).**

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;



e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0024 – ROYALTIES

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 2023 / 2025

PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.129.0007.1028 / 11.01.04.129.0007.1032

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente a prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

21.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a" da Lei Federal nº 8.666 de 1993, **observando-se o disposto no Termo de Referência (Anexo 06)**.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21.9 – A comprovação de que a **CONTRATADA** mantém todos os requisitos de habilitação é condição para o pagamento das faturas mensais dos serviços realizados, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, sendo facultado ao Município exigir do Contratado a comprovação mensal: a) do recolhimento do FGTS referente ao mês anterior; b) do pagamento dos salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior; c) do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível; d) do pagamento da gratificação natalina; e) da concessão de férias e pagamentos correspondentes; f) da realização de exames admissionais, periódicos e demissionais; g) da comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como o RAIS e o CAGED; h) do cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo, observada a data-base da categoria profissional; i) do adimplemento das verbas rescisórias trabalhistas eventualmente devidas.

21.10 – O Município poderá reter, da fatura mensal devida à **CONTRATADA**, o valor necessário ao pagamento de todos os direitos trabalhistas eventualmente inadimplidos, fixando prazo para o seu adimplemento, sob pena de efetuar o pagamento diretamente aos empregados da mesma e de promover a rescisão unilateral do contrato.

21.11 – Se o Município for autuado, notificado, citado, intimado ou condenado em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à **CONTRATADA**, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, assistir-lhe-á o direito de reter, a partir do recebimento da autuação, notificação, citação ou da intimação a quantia referente à contingência calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo **MUNICÍPIO**. Este valor será restituído à **CONTRATADA** nos casos em que a mesma satisfizer a respectiva obrigação ou o **MUNICÍPIO** for excluído do polo passivo, mediante decisão irrecorrível.

22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.



23 – ESTIMATIVA, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais)**, conforme especificações do Termo de Referência.

23.2 – O contrato poderá ser reajustado visando a adequação aos novos preços de mercado e a variação efetiva dos custos de produção, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, devendo a CONTRATADA apresentar, ainda, a demonstração analítica da variação dos componentes de custos, devidamente justificada.

23.3 - A contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

23.4 - Caso a contratada não solicite o reajuste no prazo estipulado no item, ocorrerá a preclusão do direito.

23.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo a CONTRATADA apresentar a demonstração analítica da variação dos componentes de custos.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25 – DA VISITA TÉCNICA

25.1. A empresa licitante, caso queira, deverá solicitar o agendamento da sua visita técnica por escrito junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ.

25.2. Devido à especial atenção que deve ser dada para execução dos serviços, conforme consta no Termo de Referência, recomendamos a empresa licitante promover a visita técnica, sendo-lhe fornecido o respectivo atestado de visita, que deverá ser anexado aos seus documentos de habilitação.

25.03. A visita técnica poderá ser substituída por declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços.

25.04. As visitas técnicas serão realizadas individualmente, de modo a evitar a comunicação prévia entre os licitantes.

26 – TESTE DE CONFORMIDADE

26.1 - Visando avaliar a capacidade técnica em relação ao objeto proposto, a LICITANTE provisoriamente detentora da melhor proposta será submetido a um **TESTE DE CONFORMIDADE**, que ocorrerá antes da adjudicação de acordo com as condições definidas no **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo declarada apta a fase de habilitação a LICITANTE que obtiver aprovação nesse Teste de Conformidade.

26.2 – Através do teste de conformidade, a LICITANTE previamente declarada vencedora deverá comprovar que conhece o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para atender a prestação dos serviços a serem contratados;

26.3 – O teste de conformidade será realizado no primeiro dia útil após o resultado da sessão de lances e declaração da vencedora da etapa de lances pelo Pregoeiro, às ____:00 horas, nas dependências da SECFIN, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ.



26.4 - A realização do teste de conformidade será de responsabilidade da LICITANTE classificada, devendo ser executada única e exclusivamente por profissionais da empresa.

26.5 - A LICITANTE será responsável por apresentar, na data estabelecida, toda a solução ofertada instalada e em perfeito funcionamento e em hardware próprio;

26.6 - As soluções apresentadas no Teste de Conformidade devem ser as mesmas que serão implantadas para a prestação dos serviços, sem alterações em suas funcionalidades e requisitos;

26.7 – O teste de conformidade terá a duração de 01 (um) dia, prorrogáveis a critério da Equipe Técnica;

26.8 - Serão indicados pelo Secretário Municipal de Finanças através de Ordem de Serviço ao menos 03 (três) funcionários para compor os membros da equipe técnica que serão responsáveis pela aplicação e avaliação do Teste de Conformidade;

26.9 - Durante o Teste de Conformidade a Equipe Técnica irá avaliar todas as funcionalidades exigidas no Termo de Referência, podendo solicitar que a LICITANTE demonstre qualquer uma das funcionalidades descrita, comprovando dessa maneira que a solução proposta atende aos requisitos pedidos;

26.10 - Ao término do Teste de Conformidade será emitido um relatório sucinto descrevendo os exames realizados e o resultado do Teste de Conformidade;

26.11 - Caso a empresa vencedora não consiga realizar o Teste de Conformidade de acordo com as características acima, incluindo o prazo de execução, ela será desclassificada, sendo convocada para o processo, através de notificação formal do Pregoeiro, a próxima empresa classificada na posição imediatamente subsequente;

26.12 - Todos os custos relativos ao Teste de Conformidade ficarão a cargo da LICITANTE, a qual não terá direito a qualquer indenização, inclusive no caso de reprovação;

26.13 - O Relatório a ser gerado pela Equipe Técnica conterá os registros dos resultados obtidos bem como a indicação pela Equipe da aprovação ou reprovação da metodologia apresentada.

26.14 - Será considerada apta a fase de habilitação, a LICITANTE cuja metodologia para o desenvolvimento, atendendo a todas as especificações exigidas no Termo de Referência, tenha obtido êxito conforme resultado de aprovação do teste.

26.15 – Fica garantido o direito a qualquer interessado e aos demais LICITANTES concorrentes acompanharem os procedimentos relativos ao Teste de Conformidade.

26.16 - Durante o Teste de Conformidade somente poderão se manifestar a Equipe Técnica indicada pela SECFIN e a Equipe Técnica da LICITANTE respondente ao Teste. As demais LICITANTES não poderão realizar perguntas diretamente à LICITANTE avaliada bem como interrompê-la de nenhum modo se manifestando apenas por escrito durante a fase de recursos.

26.17 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação das LICITANTES, ficarão acautelados junto a Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrados, para posterior abertura após a realização do Teste de Conformidade.

26.18 – Sendo a LICITANTE considerada apta no Teste de Conformidade, será designada a data para continuidade da sessão para abertura e conferência do envelope de documentação com o devido registro na ata da sessão pública, ficando dessa forma todas as LICITANTES devidamente convocadas ao comparecimento.

27 - DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



27.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

27.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores quantos necessários para que em função de suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

27.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

27.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

27.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

27.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

27.7 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

27.8 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

27.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

27.10 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

27.11 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

27.12. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

27.12.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;



27.12.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

27.12.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

27.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

27.14 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

27.15 - A CONTRATADA obrigará-se a manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade da CONTRATANTE, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços relacionados ao presente Edital, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa, conforme termos de confidencialidade constantes do Termo de Referência (Anexo 06 do edital) e que deve ser assinado pela CONTRATADA no ato de assinatura do contrato.

28 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 561/2018

Licitação n.º 022/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA	Valor Unitário	Valor Total
001	Conversão de Dados, implantação e treinamento do software de gestão fiscalização e do cadastro multifinalitário, com disponibilização das ortofotos e fotos 360 com geolocalização, em servidor web para acesso dos servidores municipais.	UND	01	R\$	R\$
002	Licenciamento de uso software de Gestão, fiscalização e cadastro multifinalitários. Incluindo processamento das ortofotos digitais do perímetro urbano e fotos 360º em até 110 km (cem e dez quilômetros). com atualização de fotos 360 de no máximo 24 meses, Suporte técnico presencial, Manutenção e Assessoria técnica para utilização do software.	MÊS	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL R\$					

PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.2
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 1 - LICENÇA PERPÉTUA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		

ITEM 2 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		

ITEM 3 - TREINAMENTO

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		

ITEM 4 – MANUTENÇÃO EVOLUTIVA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		



ITEM 5 – SUPORTE TÉCNICO

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		

ITEM 6 – ASSESSORIA TÉCNICA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		

ITEM 7 – HOSPEDAGEM EM NUVEM

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR R\$
01 - PARCELA DE INSUMOS/MATERIAIS		
02- PARCELA DE MÃO DE OBRA		
02.1 - ENCARGOS SOCIAIS		
02.2 - PROVISIONAMENTOS (COM INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS)		
02.3 - BENEFÍCIOS		
03 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS		
04 - TRIBUTOS INCIDENTES (FEDERAIS,ESTADUAIS E MUNICIPAIS)		
05 – LUCRO		



ANEXO 1.3
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA	Valor Unitário	Valor Total
001	Conversão de Dados, implantação e treinamento do software de gestão fiscalização e do cadastro multifinalitário, com disponibilização das ortofotos e fotos 360 com geolocalização, em servidor web para acesso dos servidores municipais.	UND	01	R\$ 367.500,00	R\$ 367.500,00
002	Licenciamento de uso software de Gestão, fiscalização e cadastro multifinalitários. Incluindo processamento das ortofotos digitais do perímetro urbano e fotos 360º em até 110 km (cem e dez quilômetros). com atualização de fotos 360 de no máximo 24 meses, Suporte técnico presencial, Manutenção e Assessoria técnica para utilização do software.	MÊS	12	R\$ 42.525,00	R\$ 510.300,00
VALOR TOTAL GLOBAL R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO NACIONAL



ANEXO 1.4

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
CONVERSÃO DE DADOS	X											
IMPLANTAÇÃO	X											
PROCESSAMENTO DE IMAGENS	X											
LEVANTAMENTO (FOTOS 360°)	X	X	X									
LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 022/CPL/2018.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 022/CPL/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/CPL/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº 022/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

1 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS

Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de uso software para cadastros multifinalitário, gestão e fiscalização dos serviços públicos, incluindo processamento de imagem aerofotogrametria da área urbanizada em até 2500 HA, e levantamento de fotos 360 graus georreferenciadas das fachadas dos logradouros e zona urbanizada do município, disponibilizando imagens atualizadas a cada 24 meses durante a vigência do contrato e as respectivas prorrogações de acordo com art. 57 da LC 8.666/2003. Software deve atender o setor de fiscalizações das Secretarias de Finanças, integradas em rede local. E ainda a conversão de dados, Implantação, Treinamento e Suporte Técnico que garantam as Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas.

2 DO OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições gerais para a contratação de empresa, bem como as especificações exigidas para que o mesmo atenda satisfatoriamente as necessidades do município.

3 DA JUSTIFICATIVA

A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência se justifica em função dos seguintes aspectos: É do conhecimento do Município, a importância da fiscalização dos serviços em seus aspectos tributários e urbanísticos, ou seja, além de atender à política de arrecadação tributária, propicia informações que poderão ser utilizadas para o planejamento das ações da gestão municipal no controle e ocupação do Uso do Solo Urbano e Rural, implantação dos Equipamentos Públicos e execução dos projetos de Infra Estrutura.

Permitindo uma gestão tributária com maior eficiência e promovendo a atualização dos valores dos imóveis, bem como conferindo uma melhor justiça fiscal, o que acarretará sem dúvida aumento das receitas próprias cujos valores, reverterão em obras e serviços do interesse público e dos próprios contribuintes do Município.

Possibilitando a informatização das secretarias que prestam serviço aos munícipes tem como objetivo controlar e melhorar a qualidade dos atendimentos prestados e reduzir a evasão fiscal do município, de modo a organizar os dados dos cadastrais o da zona urbana e rural. O acesso fácil as informações agilizam e dão apoio à tomada de decisões, indispensáveis para uma gestão eficiente dos recursos e para o desenvolvimento sustentável do município.

Cadastro multifinalitários para gestão fiscalização compreende inserção:

Possibilitar inclusão de qualquer área geográfica (ponto, linha, polígono) possibilitar a criação de campos personalizados e o acompanhamento dos serviços a serem realizados nestes pontos, controle de tempo para execução dos serviços, controle do percentual do serviço planejado e executado, possibilidade de visualizar na ortofoto a localização geográfica do serviço registrado.

Cadastro Plano Diretor Municipal em mapa com as respectivas liberações e restrição da legislação. Possibilitar a geração de link para acesso a informação no site do município;

Cadastro da Área de Risco em mapa. Possibilitar a geração de link para acesso a informação.

Cadastro Imobiliário para gestão de fiscalização das alterações imóveis e correção de valores venais com visualização em diferentes mapas no decorrer tempo para aferição de valores;

Cadastro de empreendimentos para gestão de fiscalização integrada para averiguações dos atendimentos e fiscalização do código de postura, tributário, Obras.

Possibilitar o cadastro do Patrimônio Imobiliário do Município e as respectivas atualizações da depreciação e apreciação dos valores patrimoniais município de cada ano;

Cadastro de Nascente para elaboração de projetos de conservação;



Cadastro das propriedades rurais para gestão de fiscalização valor adicionado fiscal e avaliação de ITBI;

Cadastro de empresas do município e empresas de fora que prestam serviços no município, para controle e acompanhamento do valor adicionado fiscal e comparativo de crescimento.

Cadastros de ruas e avenidas para gestão de fiscalização e ouvidoria para atendimento e acompanhamento das demandas de cada logradouro;

4 DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. Apresentação simples para facilidade de uso usuários;

4.1.1 Funcionar na plataforma Windows. (Windows 7 / Server ou acima);

4.1.1.1. Todos os módulos devem permitir o cadastro, alteração e exclusão de acordo com o perfil do usuário, controle de acesso ao sistema através do uso de login e senhas (autenticação do usuário).

4.1.1.2. Possibilitar que usuário administrador sistema possam criar campos números inteiros, decimais, data, textos e anexos para armazenamento de documentos digitalizados dentro do banco de dados unificado no cadastro dos pontos de interesse ou no registro do serviço realizado;

4.1.1.3. Com acesso a informação por usuário, departamento, secretaria, gabinete e gestor administrativo sistema;

4.1.1.4. Relatório de utilização do sistema para cada usuário, contendo a data, a hora e as operações realizadas pelo mesmo.

4.1.1.5. Apresentar os dados em tabelas (linhas e colunas) referentes aos cadastros de serviços, pessoas, imóveis, ponto de interesse, localidades, logradouros e empresas, sendo que cada coluna deverá possibilitar a visualização das informações por ordem crescente ou decrescente, a fim de facilitar a localização dos dados.

4.1.1.6. Possibilitar ocultar ou exibir cada coluna da tabela de apresentação dos dados, para facilitar a visualização dos dados e a impressão dos relatórios gerados pelo sistema.

4.1.1.7. Possibilitar a utilização de filtros para cada coluna da tabela, sendo utilizadas para textos as lógicas: "Contém" e "não contém", "igual" e "diferente de"; para os números: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "igual a" e "diferente de" e, para as datas, as lógicas: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "é nulo" e "não é nulo".

4.1.1.8. O sistema deverá permitir ao usuário a inclusão, alteração e exclusão dos dados referentes aos cadastros de serviços e fiscalização dos cadastros multifinalitário da zona urbano e rural.

4.1.1.9. O sistema deve garantir que todas as suas funcionalidades possam ser operadas pelos usuários, sem necessidade de intervenção de suporte técnico.

4.1.1.10. Gestão de atendimentos e fiscalização das pessoas vinculadas aos cadastros pontos georreferenciados do cadastro multifinalitários.

4.1.1.11. Possibilitar uma gestão integrada das diversas secretarias que prestam serviços aos municípios;

4.1.1.12. Sincronização com plataforma de mapas do Google Earth Pro para fácil aprendizagem dos usuários e no compartilhamento da informação;



4.1.13. As Ortofotos devem estar disponibilizados em servidor web de responsabilidade da contratada, para acesso dos servidores municipais, como possibilidade de visualizar a ortofoto mesmo em celular ou tablet. O que garante uma imagem de alta definição esteja tecnologicamente avançada pois estaria leve para acesso.

4.1.14. As fotos 360 das fachadas dos logradouros devem estar servidor web para acesso separadas por rua em ordem cronológica para navegação, com distância entre as fotos menor que 20 metros. (modelo apresentação conforme street view do Google).

4.2. Gestão do Valor Adicionado

4.2.1. Acompanhamento das variáveis que compõem o IPM, quando de sua divulgação em caráter provisório e definitivo, visando o incremento do valor adicionado e aumento de repasse da Quota-parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

4.2.2. Analisar e utilizar os relatórios disponibilizados pela SEFAZ-RJ em relatórios gerenciais, objetivando uma melhor compreensão e análise correta dos valores utilizados na formação dos VAFs e incremento do IPM;

4.2.2.1. Analise das DASN e verificação de erros, omissões ou distorções que possam reduzir a arrecadação municipal;

4.2.2.2. Analise das DECLAN-IPM e verificação de erros, omissões ou distorções que possam reduzir a arrecadação municipal;

4.2.2.3. Informar os contribuintes em que serão necessários a elaboração de possíveis recursos junto a SEFAZ-RJ, dentro dos prazos estabelecidos e fornecer as informações técnicas necessárias quando da necessidade de ação administrativa ou judicial, em defesa dos interesses do município;

4.2.2.4. Acompanhamento da movimentação econômica das microempresas e empresas de pequeno porte optantes do simples nacional;

4.2.2.5. Acompanhamento da DECLAN-IPM (Declaração Anual para o IPM) de empresas contribuintes do ICMS que exercem atividade econômica no município, com identificação dos contribuintes sujeitos a declaração, dos omissos e eventuais comunicação a todas as empresas e órgãos envolvidos na apuração;

4.2.2.6. Correção e acompanhamento das DECLAN-IPM (Declaração Anual para o IPM) das empresas não optantes pelo simples nacional e as que efetuaram movimentação econômica com mercadorias adquiridas de produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro;

4.2.2.7. Informar os contribuintes em que serão necessários a elaboração de recursos específicos, corrigindo possíveis erros, omissões ou distorções nas DECLAN-IPM (Declaração Anual para o IPM) em caso de empresas com atividades de energia elétrica, petróleo e seus lubrificantes e combustíveis, com combustíveis gasosos, etanol ou minério, sediadas no Município, caso haja;

4.2.2.8. Informar os contribuintes em que serão necessários a elaboração das notificações das pessoas físicas e jurídicas omissas na apresentação de DECLAN-IPM e DASN.

4.2.2.9. Informar os contribuintes em que serão necessários a elaboração de recursos específicos, solicitando a inclusão dos valores dos serviços prestados pelos transportadores autônomos (ICMS FRETE);

4.2.2.10. Informar os contribuintes em que serão necessários revisão, retificação e verificação de possíveis erros quando do preenchimento das DECLAN-IPM (Declaração Anual para o IPM), tais como: distorções, erros de preenchimento, omissões de entrega e informações, município diferente, saldo de estoque negativo, desproporções no faturamento do exercício anterior, informações diferentes das prestadas ao fisco, entre outras.



4.3. Integração

4.3.1. Sincronização com plataforma de mapas do Google Earth Pro para fácil aprendizagem dos usuários e no compartilhamento da informação;

4.3.2. Possibilitar a importação das coordenadas geográficas dos arquivos do tipo KML e SHAPE, Facilitando a comunicação entre software da Google mundialmente conhecido e a plataforma do GEOBASES plataforma de dados georreferenciados do Governo do Estado do Espírito Santo e do Sistema gerenciamento CAR - Cadastro Ambiental Rural.

4.3.3.

4.3.3. Possibilidade de cada registro de serviço anexar arquivos digitalizados para acesso de outro departamento ou secretaria tenha acesso ao documento desde que respeitando a política de acesso dados;

4.3.4. Possibilitar a integração com outros softwares do município através de arquivos HTML que poderá ser solicitado ao contratado que em comum acordo e pelo grau de complexidade incluir acréscimo no contrato em até 25% conforme previsto em legislação;

4.4. Planejamento

4.4.1. Possibilidade de definir quantidade de serviço a ser realizado em determinado período e conforme a execução o sistema de informa o percentual concluído;

4.4.2. Possibilitar o agendamento dos serviços;

4.4.3. Possibilitar o controle de prazo para cada serviço ou notificação realizada;

4.4.4. Possibilitar gerenciamento e a fiscalização do cadastro multifinalitário por quadra, logradouros ou Bairro;

4.4.5. Possibilitar o acompanhamento dos serviços solicitados e executados;

4.4.6. Possibilitar a emissão e gerenciamento da Ordem de Serviço e Notificações

4.5. Cadastro Imobiliário e fiscalização;

4.5.1. Possibilidade de visualizar na ortofoto área que não estão inclusas do cadastro imobiliário do município;

4.5.2. Possibilidade de cadastrar áreas que está fora do cadastro para análise e fiscalização com objetivo de incluir no cadastro imobiliário;

4.5.3. Possibilidade de gerenciar o processo de identificação, planejamento, fiscalização, execução, inclusão no cadastro imobiliário.

4.5.4. Possibilidade de visualização na ortofoto os imóveis de uma determinada quadra que não foram atualizados nos últimos cinco anos;

4.5.5. Possibilidade de visualização na ortofoto os imóveis de uma determinada rua que não foram atualizados nos últimos cinco anos;

4.5.6. Possibilidade de visualização na ortofoto os imóveis de um determinado bairro que não foram atualizados nos últimos cinco anos;

4.5.7. Possibilidade de visualização na ortofoto os imóveis de um determinado distrito que não foram atualizados nos últimos cinco anos;

4.5.8. Possibilidade de visualização na ortofoto os imóveis do município que não foram atualizados nos últimos cinco anos;

4.5.9. Ao selecionar uma inscrição do cadastro imobiliário possibilidade visualizar na ortofoto as suas características, notificações e atualizações cadastrais, inclusive com a data que foi realizada.

4.5.10. Possibilidade visualizar na ortofoto todos os cadastros imobiliário de mesmo responsável com suas características, notificações e atualizações cadastrais e a data que foi realizada.

4.5.11. Possibilidade visualizar na ortofoto todos os cadastros imobiliários da mesma rua com suas características, notificações e atualizações cadastrais e a data que foi realizada.

4.5.12. Possibilidade visualizar na ortofoto todos os cadastros imobiliários do mesmo Bairro com suas características, notificações e atualizações cadastrais e a data que foi realizada.

4.5.13. Possibilidade de verificar atualizações dos cadastros imobiliários por imóvel, quadra, rua e Bairros visualizando a datas de todas as atuações cadastrais realizadas no imóvel;



- 4.5.14. Possibilidade de visualizar as rua e avenidas na ortofoto e navegar pelas fotos 360 georeferenciadas pelo levantamento e disponibilização da imagem realizada pela contratada para atualização cadastral e fiscalização;
- 4.5.15. Possibilidade de armazenar até duas fotos digitais de cada imóvel, foto aérea e frontal do imóvel.
- 4.5.16. De acordo com cadastros da atualização imobiliária sistema faça o calculo do valor do IPTU.
- 4.5.17. Possibilitar a visualização dos imóveis em três dimensões, facilitando a identificação dos andares superiores dos imóveis (3D). Ao clicar em cada andar a possibilidade de visualizar as características e serviços de cada imóvel.
- 4.5.18. Possibilitar a geração de um link para visualizar pelo celular os imóveis em três dimensões para facilitar a fiscalização.
- 4.5.19. Possibilitar a visualização na ortofoto os cadastros imobiliários onde foram notificados por um período definido pelo usuário;
- 4.5.20. Relatório de quantos imóveis tem um logradouro e valor apurado de IPTU em determinado ano.
- 4.5.21. Relatório de quantos imóveis tem um Bairro e valor apurado de IPTU em determinado ano.
- 4.5.22. Relatório de quantos imóveis tem um Distrito e valor apurado de IPTU em determinado ano.
- 4.5.23. Relatório de quantos imóveis tem município e valor apurado de IPTU em determinado ano.

4.6. Ouvidoria

- 4.6.1. Gestão de registro de solicitações e denúncias da secretaria municipal de obra, por solicitante, logradouros e bairros;
- 4.6.2. Gestão de cadastro e manutenção dos pontos de interesse do município como pontes, bueiros, caixa seca, serviço de coleta lixo, iluminação publica, etc...
- 4.6.3. Possibilidade de registrar as atividades dos imóveis para comparar com perfil definido no plano diretor municipal para possíveis regularizações; Exemplo: comercio varejista, Indústria, serviços. Possibilitando visualizar os imóveis de cada atividade em mapa;
- 4.6.4. Possibilitar a exibir a rua em mapa possibilidade de navegar entres as fotos 360 graus;
- 4.6.5. Possibilitar emitir relatório sem emissão habite-se ou qualquer outro documento e exibir em mapas, aqueles que tenham documentos possibilitar arquivar os documentos digitalizados no processo de regularização.
- 4.6.6. Relatório com quantos atendimentos foi realizado em um determinado período, possibilitando o filtro por tipo de serviço, beneficiado e sua localização;
- 4.6.7. Possibilitar a visualização em mapa os logradouros com maior número de notificados por um período definido pelo usuário;
- 4.6.8. Relatório de quantas solicitações foi realizados em um determinado período e quantos foram finalizados.
- 4.6.9. Relatórios de quantos pedidos foram solicitados que não foram atendidos por cada tipo de serviço no mês.
- 4.6.10. Relatório com a quantidade de atendimentos rejeitados no período.

4.7. Processamento de aerofotogrametria

- 4.7.1. **Processamento de Ortofotos de área urbanizada da sede e dos distritos disponibilizada pelo município;**

4.8. Levantamento de 110 KM (cento e dez quilômetros) de fotos de 360 Graus georreferenciadas

- 4.8.1. Imagem do tipo de JPEG
- 4.8.2. Tamanho acima de 5 MB
- 4.8.3. Dimensão da Imagem maior do que 5.600 x 2800 pixels
- 4.8.4. Resolução horizontal e vertical maior do que 95 DPI (pixels por polegadas)
- 4.8.5. Fotos 360 a uma distância máxima de 20 metros entre as fotos
- 4.8.6. As fotos devem ser atualizadas no máximo a cada 24 meses;
- 4.8.7. Imagens devem ser disponibilizadas em servidor web de responsabilidade da contratada e separadas por logradouros (Ruas e Avenidas);
- 4.8.8. Possibilitar a navegação entre as fotos por ordem cronológica do georeferenciamento de cada logradouro.



4.9. Conversão de Dados

4.9.1. Obrigação da Contratante:

A Prefeitura disponibilizará em meio magnético toda Base Cadastral Georreferenciada existente, levantamentos topográficos, plantas de loteamentos, bem como todo e qualquer material cartográfico existente e que possa ser utilizado oficialmente como referência aos serviços.

A Prefeitura disponibilizará: Leis, Decretos, Regulamentos e demais documentos institucionais necessários para a atualização do Perímetro Urbano, Planta Genérica de Valores e da Legislação Tributária existente.

A prefeitura disponibilizará os dados completo do Cadastro Imobiliário em planilhas do Excel.

A contratada deverá proceder à interpolação dos elementos cartográficos disponibilizados e/ou obtidos junto à Prefeitura, em caso de incompatibilidade as dúvidas deverão ser sanadas diretamente em campo pelos fiscais municipais para devida atualização.

O empresa disponibilizará um técnico para orientação e na realização desenhos dos cadastro existentes e o processo de fiscalização e notificação será realizados pelos fiscais do município, que fará o tratamento de situação inerente aos imóveis edificados ou não, enfatizando a busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente conhecidos ou não conhecidos pela Prefeitura, tratamento este que fará expressar-se à realidade do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

A contratada deverá promover reuniões sempre que necessário com a Comissão Técnica de Acompanhamento do Projeto designada pela Prefeitura, visando informá-los sobre os trabalhos que estarão sendo realizados pelas equipes.

A Prefeitura definirá a prioridade e a ordem da sequência dos levantamentos a serem realizados nos respectivos Bairros.

A contratada deverá ministrar treinamentos periódicos de reciclagem das equipes, sobre nivelamento de conceitos, sobre forma de abordagem e sobre outros assuntos correlatos aos serviços que serão desenvolvidos.

A contratada deverá codificar todas as unidades imobiliárias em conformidade com a base cadastral, atribuindo-se um código de inscrição cadastral, cujo critério será apresentado pela contratada e aprovado pela Comissão Técnica de Acompanhamento a ser designada pela Prefeitura.

Software deve ter campos dos dados básicos do imóvel conforme legislação que define os Dados do Terreno (BCI): Localização, Patrimônio, Testadas, Dimensões, Área, Situação, Geometria, Topografia, Pedologia, Superfície, Existência de muro e calçada, Regime de ocupação, dentre outros dados necessários; Dados da Edificação (BCI): Área total construída, Área da unidade, Situação/ Recuo frontal, Uso, Regime de ocupação da construção, Tipologia, Características construtivas, Existência de equipamentos, dentre outros dados necessários.

4.10. Planta Genérica de Valores

O Software deve facilitar atualização da Planta Genérica de Valores bem como suporte técnico para orientação para elaboração de nova Planta Genérica de Valores PGV, conformidade com as seguintes especificações:

4.10.1. Metodologia de Organização

Deverá se basear nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e nas recomendações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE.

4.10.2. Método Avaliatório

O método avaliatório exigido para este trabalho é o Método Comparativo de Dados de Mercado conforme normas da ABNT NBR 14.653-2, ou seja, aquele que define o valor através da comparação de dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel.

É condição fundamental para aplicação deste método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomado estatisticamente, como amostra do Mercado Imobiliário existente no Município.



4.10.3. Nível de Rigor de Precisão

Será adotado o nível de rigor referido à Avaliação Normal integrante da ABNT NBR 14.653-2, que admite o tratamento definido como homogeneização nos casos de avaliações coletivas ou avaliações em massa, como é o caso da avaliação de imóveis urbanos para fins tributários.

4.10.4. Pesquisa de Valores Imobiliários

Deverá ser organizada uma pesquisa de valores imobiliários junto às diversas fontes de informações, com a finalidade de se obter através de tratamento estatístico, valores unitários básicos de metro quadrado de terreno por face de quadra ou trechos de logradouros.

A pesquisa deverá considerar, preferencialmente, os elementos de uma mesma região geoeconômica, de um mesmo zoneamento e de um mesmo setor fiscal, evitando-se coletar dados com mais de doze meses anteriores à data da avaliação.

A amostra deverá ser representativa dentro do universo de imóveis que constitui uma região geoeconômica, admitindo-se uma quantidade de amostras variando em torno de 1,5% a 3% deste universo.

4.11. Implantação, Treinamento e Suporte Técnico.

4.11.1. Implantação e treinamento aos servidores da secretária municipal de Finanças e Obras onde os softwares serão utilizados, estará concluído a fase de implantação assim que tiver disponibilizado ao município as ortofotos e as fotos 360 graus das áreas urbanizada do município;

4.11.2. Prestar suporte técnico no horário comercial, por chat, acesso remoto, telefone e quando não resolvido ser realizada visita técnica.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4. Alvará de funcionamento;

5.5. Atestado/certidão/declaração, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a contratada, fornecido de forma satisfatória, serviços objeto deste contrato;

5.6. Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

5.7. Declaração da firma licitante que a mesma é proprietária do software ofertado, para garantir as atualizações corretivas e evolutivas;

5.8. Apresentação das funcionalidades solicitadas no software ofertado.

5.9. Certidão de Cadastro de Aeronave Não Tripulada – De Uso Não Recreativo, dos equipamentos utilizados para levantamento aéreo e do piloto junto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.4. Prestar suporte técnico no horário comercial, por chat, acesso remoto, telefone e quando não resolvido ser realizada visita técnica.

6.5. Manter nos quadros da empresa responsáveis técnicos qualificados com comprovação dos registros profissionais na entidade de regular e competentes de acordo com as necessidades de cada serviços executados;

6.6. A contratada deverá visitar o local onde será instalado o software de 2ª a 6ª feira no horário comercial onde as licenças ferem instaladas;

6.7. Não serão aceitas justificativas por parte da contratada alegando desconhecimento do local e condições dos equipamentos existentes, nem de eventuais dificuldades para a execução dos serviços.

6.8. Deverão ser corrigidas imediatamente as deficiências apontadas pela contratante quanto à execução.



- 6.9. Responsabilizar-se pelos danos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão competente;
- 6.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.
- 6.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência.
- 6.12. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer o código-fonte do sistema de informação adquirido pelo MUNICIPIO DE PARACAMBI, onde todas as informações inseridas no Banco de Dados do Software, bem como todas as imagens geradas serão de propriedades desta MUNICIPALIDADE.**

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 7.5. Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 7.6. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa no prazo estipulado;
- 7.7. Cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;
- 7.8. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

8. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

- 8.4. O Secretário Municipal Solicitante da contratação da será a responsável ou indicará um servidor pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que deverá informar ao preposto da contratada toda e qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato.

9. DAS PENALIDADES

- 9.4. A contratada ficará sujeita às sanções previstas no edital.

10. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA	
001	Conversão de Dados, implantação e treinamento do software de gestão fiscalização e do cadastro multifinalitário, com disponibilização das ortofotos e fotos 360 com geolocalização, em servidor web para acesso dos servidores municipais.	UND	01	R\$ 367.500,00
002	Licenciamento de uso software de Gestão, fiscalização e cadastro multifinalitários. Incluindo processamento das ortofotos digitais do perímetro urbano e fotos 360º em até 110 km (cem e dez quilômetros). com atualização de fotos 360 de no máximo 24 meses, Suporte técnico	MÊS	12	R\$ 510.300,00



	presencial, Manutenção e Assessoria técnica para utilização do software.			
VALOR TOTAL GLOBAL (R\$)				

- 10.4. Totalizando um valor médio para contratação dos serviços o valor de R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 11.4. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação à Prefeitura Municipal de Paracambi de documentos fiscal hábil, sem rasuras bem como comprovantes do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 11.5. O pagamento das notas fiscais, desde que corretamente preenchidas, será efetuado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data de entrada destas no protocolo da Prefeitura Municipal de Paracambi /RJ.
- 11.6. Cronograma Físico financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
CONVERSÃO DE DADOS	X											
IMPLANTAÇÃO	X											
PROCESSAMENTO DE IMAGENS	X											
LEVANTAMENTO (FOTOS 360°)	X	X	X									
LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.4. As despesas inerentes a este termo de referência correrão à conta da dotação do orçamentária: Rubrica 99 / Elemento 3.3.9.0.39.00.00.00.00 (Outros Serviços Pessoas Jurídica), constante da proposta orçamentária de 2018 e o valor estimado é de R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.4. No preço ofertado pela empresa deverão estar computadas todas as despesas, bem como impostos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, licenças, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e todas as taxas, custas e emolumentos que incidam sobre o serviço licitado.
- 13.5. A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

14 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 14.1 - Os demais procedimentos serão regidos pela Lei Federal 8.666/93, atualizadas pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98.

Paracambi, 25 de Julho de 2018.

Projeto Básico elaborado por,



Alex Sandro Ferreira Rodrigues
Superintendente Geral de Informática

Ao Gabinete do Secretário, em ____/____/2018.

- 2 – Ciente.
- 3 – Aprovo o presente projeto básico na forma apresentado.
- 4 – **À Superintendência de Compras e Licitação, para as providências pertinentes, conforme preceitua o Decreto nº 4.482/2017.**



ANEXO I

MINUTA DE TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE

1. Termo de confidencialidade da empresa

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

CONTRATO Nº _____/2018

A [NOME DA EMPRESA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [nº CNPJ DA CONTRATADA], representada neste ato por [NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA], RG nº [Nº DO RG DO REPRESENTANTE], preposto designado pela empresa com poderes para atuar junto ao Município de Paracambi, obriga-se, por meio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, conforme determina [ESPECIFICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO] do Contrato nº ____/2018, a manter o mais absoluto sigilo a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do Município, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa.

A [NOME DA EMPRESA CONTRATADA] é responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e/ou acompanhamento realizados pelo Município, nos termos [ESPECIFICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO] do Contrato nº ____/2018.

Neste ato, a [NOME DA EMPRESA CONTRATADA] obriga-se, ainda, a apresentar ao Município um Termo de Compromisso de manutenção de sigilo sobre todos os ativos de informações e processos do Município para cada profissional da CONTRATADA alocado na prestação dos serviços, nos termos da Cláusula [ESPECIFICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO], do Contrato nº ____/2018.

Paracambi-RJ, ____ de _____ de 2018.

[CONTRATADA]
Preposto:



2. Termo de confidencialidade dos funcionários

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

CONTRATO Nº ____/2018

(NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO), profissão, cargo, RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de funcionário da pessoa jurídica [NOME DA CONTRATADA], alocado na prestação dos serviços objeto do Contrato nº ____/2018, obriga-se, por meio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, conforme determina [ESPECIFICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO], do referido Contrato nº ____/2018, a manter o mais absoluto sigilo sobre todos os ativos de informações e processos do Município, quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do Município, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando terminantemente proibido de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa.

Paracambi-RJ, ____ de _____ de 2018.

NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO

Profissão / Cargo

RG _____ CPF _____

[NOME DA CONTRATADA]



ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada _____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº **561/2018**, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO



14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
20º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
21º	DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO
22º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADOS, CONFORME LEI DE LICITAÇÕES, conforme especificado no seguinte quadro:**

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo único. Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Termo de Referência.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 0018/2018, obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- A CONTRATADA não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.



Parágrafo segundo. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- c) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados da **CONTRATADA** que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, na forma definida no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- e) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, proporcionando todos os meios necessários ao desempenho dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Termo de Referência;
- b) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- c) providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- e) manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificando-os através de crachás, com fotografia recente, durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os cuidados relativos à segurança de seus funcionários e eventuais sub-contratados, que deverão utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual “EPI” necessários e observar as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como as orientações do **MUNICÍPIO**, respondendo por eventuais descumprimentos;
- f) identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não confundi-los com os similares de propriedade deste **MUNICÍPIO**;
- g) nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local de sua prestação, em tempo integral, fiscalizando, ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão reportar-se, quando houver necessidade, à fiscalização deste **MUNICÍPIO** e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas;



- h) substituir, as suas custas e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desreparem as condições a eles inerentes;
- i) as eventuais alterações do quadro de funcionários, seja para a substituição eventual ou definitiva, deverão ser previamente comunicadas ao **MUNICÍPIO**;
- j) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- k) manter, em lugar acessível a qualquer momento, um "Livro de Ocorrências" para registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual;
- l) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e /ou comissões que forem devidas;
- m) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **MUNICÍPIO** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- n) executar o objeto contratado com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviço dessa natureza;
- o) acatar as determinações da fiscalização do **MUNICÍPIO**, no sentido de substituir de imediato os serviços com vícios, defeitos ou imperfeições;
- p) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- q) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, reponsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- r) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;
- s) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- t) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- v) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- w) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;



- x) correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
- y) quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigarão a **CONTRATADA**, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- z) obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:
 - i. obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
 - ii. submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
 - iii. apresentar ao **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
 - iv. comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar as interrupções dos serviços.
- aa) prestar serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;
- bb) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- cc) entregar o material devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pelo **MUNICÍPIO**;
- dd) cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- ee) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93;
- ff) garantir por 12 (doze) meses, o material e/ou serviço prestado, a contar do recebimento definitivo deste.
 - i. má qualidade dos serviços prestados;
 - ii. violação do direito de propriedade industrial;
 - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.



gg) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de observância ou desobediência as suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;

hh) A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer o código-fonte do sistema de informação adquirido pelo **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, onde todas as informações inseridas no Banco de Dados do Software, bem como todas as imagens geradas serão de propriedades desta **MUNICIPALIDADE**.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Consideram-se incluídos no preço o previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0024 – ROYALTIES

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.

DOTAÇÃO: 2023 / 2025

PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.129.0007.1028 / 11.01.04.129.0007.1032

Nota de Empenho:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Termo de Referência, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Finanças através de comissão constituída por membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:



- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.
- f) Analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:



- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da execução do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação dos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**, **na forma do item 10 do Termo de Referência (Anexo 06 do Edital de Licitação).**

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no Termo Referência, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no Termo de Referência.



Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, nos termos do art. 40, XIV, a da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva representação.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias após a data de assinatura do contrato, caso venha a ser solicitado pela Administração, deverá fornecer a garantia da execução contratual de **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro – garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo **MUNICÍPIO** se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.



Parágrafo quinto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

Parágrafo sexto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) correspondente as infrações do Grupo 1 e multa de 3% (três por cento) correspondente as infrações do Grupo 2, conforme Termo de Referência, que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas,



a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 05 (cinco) anos.

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d”.

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.

Parágrafo quinto. O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.



Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.



Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O contrato poderá ser reajustado visando a adequação aos novos preços de mercado e a variação efetiva dos custos de produção, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, devendo a CONTRATADA apresentar, ainda, a demonstração analítica da variação dos componentes de custos, devidamente justificada.

Parágrafo primeiro - O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Parágrafo primeiro – O Acordo de Nível de Serviço para o tempo de resposta dos chamados de atendimento dependerá da severidade da situação, conforme a tabela a seguir:

FORMAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO, TEMPO DE RESPOSTA
--



NÍVEIS DE SEVERIDADE	FORMA DE ATENDIMENTO	HORÁRIOS DE ATENDIMENTO	TEMPO DE RESPOSTA *
4	Remoto (telefone, email, acesso remoto)	08:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis	2 dias úteis
3	Remoto (telefone, email, acesso remoto)	08:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis	8 horas úteis
2	Remoto (telefone, email, acesso remoto)	08:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis	4 horas úteis
1	Remoto (telefone, email, acesso remoto)	24 horas por dia, 7 dias por semana	2 horas corridas

* O tempo de resposta refere-se ao período decorrente entre a abertura do chamado por parte da prefeitura e o primeiro retorno da equipe de atendimento à solicitação. Não há tempo preciso para apresentação da solução definitiva para o problema. A equipe de atendimento, no entanto, empenhará seus melhores esforços para contornar o problema imediatamente, enquanto busca solucionar o problema definitivamente no menor espaço de tempo possível.

Parágrafo segundo – Os chamados com severidade 1 são os únicos que possuem SLA de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para chamados de severidades 2, 3 e 4, o horário de atendimento padrão é sempre no horário comercial (segunda a sexta-feira, dias úteis, das 09:00 às 18:00). Entretanto, algumas situações poderão requerer que as manutenções sejam realizadas fora do horário comercial. Estes atendimentos deverão ser sempre pré-agendados com a equipe de atendimento com antecedência mínima de 2 dias úteis, sujeito à disponibilidade da equipe. Este agendamento servirá para garantir o atendimento com o menor tempo possível a partir do acionamento da equipe. A equipe de atendimento empenhará sempre os melhores esforços para estar disponível fora do horário comercial para o cliente, entretanto, situações específicas poderão fazer com que o atendimento se dê na primeira hora útil seguinte.

Parágrafo terceiro – Para os atendimentos que se referirem a problemas, gerando assim chamados de suporte, aplicam-se os níveis de severidade definidos a seguir:

NÍVEL DE SEVERIDADE	DEFINIÇÃO DO NÍVEL DE SEVERIDADE DO PROBLEMA
1	Problema grave no ambiente de produção que pode afetar de maneira severa o funcionamento dos sistemas em produção da prefeitura, ou quando os sistemas em produção estão parados. Também inclui a situação em que há perda de dados e uma solução paliativa não existe para o problema. Questões graves de segurança que causem uma situação de “emergência” também são consideradas de nível de severidade “1”.
2	Problema de alto impacto nos sistemas de produção da prefeitura que afeta a operação dos sistemas, mas em que é possível permanecer no ar fornecendo os serviços mais essenciais aos processos da prefeitura. Também inclui questões menos graves de segurança.
3	Problema de impacto médio a baixo , em que apenas parte das funcionalidades não essenciais dos sistemas de produção da prefeitura é afetada. Tipicamente, problemas de nível “3” são aqueles que podem ser contornados de alguma maneira, sem afetar a funcionalidade dos serviços essenciais aos processos da prefeitura. Isto inclui a solução de problemas reportados por mensagens de erro incomuns, em subsistemas não



	essenciais.
4	Criticidade de nível baixo a nulo , inclui questões gerais sobre os sistemas, recomendações sobre produtos e soluções a adotar, informações sobre lançamentos e comentários no mercado, novidades na área, etc. Não existe nenhum impacto na qualidade, desempenho ou funcionalidade dos sistemas em produção da prefeitura.

Parágrafo quarto – Em caso de não cumprimento do tempo de resposta de chamados cujo nível de severidade for 1 (um), a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o mensal do SUPORTE TÉCNICO por dia de atraso, cumulativa enquanto perdurar o descumprimento;

Parágrafo quinto – Em caso de não cumprimento do tempo de resposta de chamados cujo nível de severidade for 2 (dois), a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o mensal do SUPORTE TÉCNICO por dia de atraso, cumulativa enquanto perdurar o descumprimento;

Parágrafo sexto – Em caso de não cumprimento do tempo de resposta de chamados cujo nível de severidade for 3 (três), a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,3% (quatro décimos por cento) sobre o mensal do SUPORTE TÉCNICO por dia de atraso, cumulativa enquanto perdurar o descumprimento;

Parágrafo sétimo – Em caso de não cumprimento do tempo de resposta de chamados cujo nível de severidade for 4 (quatro), a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o mensal do SUPORTE TÉCNICO por dia de atraso, cumulativa enquanto perdurar o descumprimento;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO, DA CONFIDENCIALIDADE

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A CONTRATADA obrigará-se a manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do CONTRATANTE, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços relacionados ao presente contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa, conforme termos de confidencialidade constantes do Termo de Referência (Anexo 06 do edital) e que deve ser assinado pela CONTRATADA no ato de assinatura do contrato.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO 8

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 022/CPL/2018, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Finanças, tomou conhecimento e esta ciente de todas as condições e dos locais de execução e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretaria Municipal de Finanças

Assinatura do Representante da Licitante



ANEXO 8.1

RENUNCIA DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 022/CPL/2018, renuncia ao direito a visita técnica disponibilizada, declarando que das condições e locais da prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Assinatura do Representante da Licitante



ANEXO 9

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº
_____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____,
portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARA, sob as
penas da lei, possuir pessoal técnico capacitado e qualificado para a execução dos serviços objeto da licitação
em epígrafe contendo no mínimo:

Profissional atuando como administradores de bases de dados (DBA – Database Administrator) com, no
mínimo, formação superior completa na área de informática.

Profissional atuando como administrador de redes e infraestrutura com, no mínimo, formação superior
completa na área de informática.

Profissional atuando como engenheiro de software com, no mínimo, formação superior completa na área de
informática.

Analista de sistemas com, no mínimo, formação superior completa na área de informática.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar
assinada pelo representante legal da empresa.



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 022/CPL/2018
PROCESSO N.º 561/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL
ORIGEM DOS RECURSOS: 0024 – ROYALTIES
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 2023 / 2025
PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.129.0007.1028 / 11.01.04.129.0007.1032

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 877.800,00 (Oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISTORIA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO SOFTWARE PARA CADASTROS MULTIFINALITÁRIO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO PROCESSAMENTO DE IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA DA ÁREA URBANIZADA EM ATÉ 2500 HA, E LEVANTAMENTO DE FOTOS 360 GRAUS GEORREFERENCIADAS DAS FACHADAS DOS LOGRADOUROS E ZONA URBANIZADA DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO IMAGENS ATUALIZADAS A CADA 24 MESES DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO E AS RESPECTIVAS PRORROGAÇÕES DE ACORDO COM ART. 57 DA LC 8.666/2003. SOFTWARE DEVE ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS, INTEGRADAS EM REDE LOCAL. E AINDA A CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com.

LOCAL PARA RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (Doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	